

## APÓS DECISÕES DA JUSTIÇA, AMS VOLTA A SER COBRADA NO CONTRACHEQUE

A decisão ocorreu após os jurídicos dos sindipetros recorrerem à justiça contra a cobrança por boleto



Conforme comunicado pela Petrobrás e Petros, a partir de dezembro as cobranças referentes a Assistência Médica Supletiva (AMS) serão realizadas via desconto em contracheque. A decisão ocorreu após os jurídicos dos sindipetros recorrerem à justiça contra a cobrança por meio de boletos e do descumprimento da empresa a liminares que determinavam o retorno à cobrança via desconto no contracheque.

A cobrança por meio de boleto bancário foi implementada pela Petrobrás de forma unilateral. Além disso, a decisão da empresa descumpria com a Cláusula 34 do Acor-

do Coletivo de Trabalho 2020/2022, que prevê que “os valores referentes à participação no custo dos atendimentos dos empregados, aposentados e pensionistas serão descontados em folha de pagamento/proventos de aposentadoria e pensão”.

### Abuso é constante

O retorno à cobrança em contracheque é mais uma conquista da categoria através do jurídico dos sindicatos e federações. No dia 3 de maio de 2021, a juíza Karla Santuchi, da 2ª Vara do Trabalho de Betim, concedeu liminar determinando que a Petrobrás retornasse imediatamente a cobrança do per-

centual máximo de 13% da margem consignável.

Em referência à devolução dos valores pagos indevidamente, o Sindipetro/MG informa que já entrou na justiça questionando o valor e irá atualizar a categoria sobre qualquer andamento do processo.

### A luta continua

No dia 5 de novembro, a FUP, FNP e SIDMAR (Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante) ingressaram com Ação Civil Pública cobrando a suspensão imediata da eleição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Associação Petrobrás Saúde (APS).

O processo de criação da APS é suspeito e foi conduzido pelo ex-gerente executivo de Recursos Humanos da Petrobrás, Claudio Costa, acusado de uso de informações privilegiadas para se beneficiar financeiramente em uma operação milionária de venda de ações da companhia.

A APS é ilícita e sua criação parte de um processo viciado. Ela é um atentado contra tudo que a categoria petroleira conquistou através das lutas e greves históricas. Os petroleiros e petroleiras devem ficar atentos para evitar que a Petrobrás cometa mais este abuso!

# MPT DEFENDE QUE GREVE DA PBIO NÃO FOI ABUSIVA

A disputa em torno dos impactos da greve da PBio, realizada de maio a junho deste ano, teve uma importante novidade: enquanto a empresa considera a paralisação ilegal e pede desconto dos dias parados, o Subprocurador-Geral do Trabalho Luiz da Silva Flores entendeu que não houve quaisquer indícios de abusividade e/ou ilegalidade na greve.

## Confira nota do setor jurídico da FUP:

A Ministra Relatora Delaíde Alves Miranda Arantes e o Subprocurador-Geral do Trabalho Luiz da Silva Flores conduziram diversas tentativas de negociação, no Dissídio Coletivo de Greve (DCG) ajuizado no TST pela Pbio contra o Sindipetro-BA, Sindipetro-MG e Sindipetro-RJ.

Porém, a insensibilidade e arrogância dos negociadores da Pbio, tornaram infrutíferas as tentativas de acordo. Em razão disso, a Ministra Relatora remeteu o processo para o MPT, a fim de que o mesmo emitisse parecer.

Em sua manifestação, o Dr. Luiz Flores, rebatendo os frágeis argumentos da Pbio, não vislumbrou quaisquer indícios de abu-

sividade e/ou ilegalidade na legítima greve dos trabalhadores da Pbio. Aliás, o Subprocurador fez a seguinte afirmação:

“Incontestável o fato de que uma possível privatização da Petrobrás Biocombustível impactaria diretamente nos contratos de trabalho e na vida dos empregados interessados, os quais gozam do amplo direito de greve como forma de protesto e expressão das liberdades constitucionais de reunião, manifestação e associação.”

Sustentou, ainda, que a paralisação não implicou em prejuízos para Pbio, bem como que os sindicatos demonstraram verdadeiro interesse na solução amigável do processo, inclusive concordando com a suspensão da greve, a pedido da Relatora e do Subprocurador.

Com efeito, o Dr. Luiz Flores defendeu a não imposição de multa às entidades sindicais, vez que não houve descumprimento da determinação judicial.

Por fim, o Subprocurador defendeu a compensação dos dias parados.

O parecer já foi remetido para a Ministra Relatora, que dará prosseguimento ao processo.

# POPULAÇÃO VOLTA ÀS RUAS CONTRA BOLSONARO

EM BELO HORIZONTE, a concentração será às 15h, na Praça da Liberdade



Na data em que se celebra a consciência negra, diversas organizações nacionais, reunidas na campanha Fora Bolsonaro, convocam para mais um ato de rua contra o presidente e sua política de fome, desemprego e exclusão.

Em Belo Horizonte, a concentração será às 15h, na Praça da Liberdade.

“Nesse 20 de novembro, dia da Consciência Negra, é tarefa de todas e todos nós irmos para as ruas e gritar Fora Bolsonaro. Este ato contra o governo Genocida do Bolsonaro se torna mais simbólico ocorrendo no dia da consciência negra, já que a população negra é a mais atingida pelo desemprego, pela violência, pela fome e princi-

palmente pelo genocídio. A classe trabalhadora só se entenderá como trabalhadora se entender-se como antirracista e anti-patriarcal. Os petroleiros e petroleiras têm esta tarefa no dia 20, relembrar Dandara, Zumbi, dentre tantos outros, fortalecendo e reafirmando o FORA BOLSONARO”, convida o coordenador do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori.

Com o avanço da vacinação, o Sindicato convida toda a categoria para participar das manifestações, que estão previstas em todo o estado.

Acompanhe mais informações sobre horários e locais nas redes do sindicato.